



ANAIIS

IV Encontro Região Sul de Etnobiologia e Etnoecologia
VII Seminário Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar
II Feira de Sementes Crioulas na Alimentação
IV Seminário de Frutas Nativas do RS
III Seminário das Agroflorestas do RS

26 a 28 de novembro de 2019

Capão do Leão/RS





ANAIS

GUARDIÕES DA SOCIOBIODIVERSIDADE: SEMENTES CRIOULAS, FRUTAS NATIVAS E AGROFLORESTAS

IV Encontro Região Sul de Etnobiologia e Etnoecologia
VII Seminário Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar
II Feira de Sementes Crioulas na Alimentação
IV Seminário de Frutas Nativas do RS
III Seminário das Agroflorestas do RS

ISBN 978-65-86232-75-2

PORTO ALEGRE
Novembro de 2020



Áreas Protegidas, Sociobiodiversidade e Segurança Alimentar e Nutricional: reflexões sobre o papel do PAN Lagoas do Sul

Protected Areas, Sociobiodiversity and Food and Nutrition Security: A Preliminary Analysis from the PAN Lagoas do Sul

PERUCCHI, Loyvana¹; STEENBOCK, Walter²; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela³,
¹Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/PGDR, loyvanac@hotmail.com; ² Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha no Sudeste e Sul/CEPSUL-ICMBio; steenbock.walter@gmail.com; ³Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/PGDR, gabrielacoelho2018@gmail.com;

Eixo temático: Redes, Governança e Políticas Públicas

Resumo

No sul do país, houve a construção e implantação do Plano Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil. O trabalho reflete sobre as potencialidades e limites desse PAN, para a conservação da sociobiodiversidade e promoção da SAN das populações tradicionais e pequenos agricultores na região sul do país. Foi realizada uma pesquisa documental e participação em reuniões. O PAN Lagoas do Sul, diferencia-se de outros, uma vez que sua abordagem territorial incorpora também o componente da sociobiodiversidade e seus produtos presente na área. Planeja e está a promover ações diversas para o fortalecimento dos espaços de governança das comunidades. Essas ações poderão também trazer contribuições para ampliar a SAN dessas comunidades e seu entorno. Para o cumprimento dessas ações, é necessária a participação desses atores e de outros, em uma articulação para fortalecer a conservação ambiental das áreas protegidas, biodiversidade e sociobiodiversidade associadas no território de abrangência do PAN Lagoas do Sul.

Palavras-chave: conservação; biodiversidade; alimentos; territórios

Keywords: conservation; biodiversity; foods; territories

Introdução

De acordo com a definição da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) áreas protegidas se constituem em “uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação” (BRASIL, 1998, p.3). Às áreas protegidas, estão incluídas também aquelas com a presença de povos e comunidades tradicionais, que utilizam os ambientes e recursos para reprodução de seus modos de vida. A extensa diversidade ecossistêmica e cultural brasileira promoveu ao longo da história, o uso da biodiversidade endêmica ou domesticada por essas populações em sua alimentação e modos de vida. O uso da biodiversidade por povos e comunidades tradicionais e/ou pequenos agricultores, promoveu sua histórica reprodução social e a conservação dos ecossistemas a elas associados.

Entre os conceitos que incorporam as inter-relações entre diversidade biológica com a diversidade cultural, está o de sociobiodiversidade. Para além das conexões entre diferentes culturas e modos de vida e sua relação com ambiente e recursos naturais, o conceito de sociobiodiversidade abrange também os produtos, provenientes do uso de recursos, que promovem renda e a qualidade de vida para as comunidades



tradicionais e pequenos agricultores, constituindo-se nos chamados produtos da sociobiodiversidade. Produtos da sociobiodiversidade são bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade (BRASIL, 2009).

A diversidade de produtos alimentares da sociobiodiversidade compõe a mesa dessas comunidades, e, em muitos casos, faz parte também da cultura alimentar da região, do estado ou até mesmo é disseminado ao longo do território brasileiro. No sul do Brasil, como exemplos de produtos da sociobiodiversidade, temos os exemplos do pinhão, das frutas nativas da mata atlântica (butiá, juçara, araçá, guabiroba, etc.), artesanatos em fibras vegetais, o pescado, entre outros.

A efetiva conservação das áreas protegidas, da biodiversidade e da sociobiodiversidade a elas associadas passa pela governança conjunta entre órgãos governamentais e não governamentais e sociedade civil organizada, em um modelo de gestão feito de maneira compartilhada. Dentre alguns dos instrumentos legais de mobilização da governança para uma conservação efetiva, estão os Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs. Os PANs são políticas públicas, pactuadas com a sociedade, que identificam e orientam as ações prioritárias para combater as ameaças que põem em risco populações de espécies e os ambientes naturais e assim protegê-lo. Apesar de, a maioria dos PANs estarem geralmente focados na conservação de espécies, as áreas protegidas acabam também sendo incorporadas por esses instrumentos. Consequentemente, os PANs também podem contribuir na promoção da conservação pelo uso das espécies, promovendo a sociobiodiversidade e seus produtos, garantindo renda, e a segurança alimentar das populações tradicionais e pequenos agricultores. Compreende-se que apenas dessa maneira, incorporando atores sociais que utilizam os produtos da natureza, é que se pode fazer a efetiva conservação dessas áreas e recursos.

Nesse sentido, o presente resumo tem a intenção de realizar uma breve análise do processo de construção e implantação do Plano Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – o PAN Lagoas do Sul, de suas potencialidades e limites para a conservação da sociobiodiversidade e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional das populações tradicionais e pequenos agricultores na região sul do país.

Metodologia

Para o presente trabalho, foi realizada uma pesquisa documental buscando informações em sites governamentais e em documentos disponibilizados pelo Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha no Sudeste e Sul/CEPSUL, órgão vinculado ao Conservação da Biodiversidade/ICMBio, tais como, relatórios e boletins informativos. Além disso, participou-se de reuniões junto à equipe executora do PAN Lagoas do Sul e da I Oficina de Governança PANexus, evento realizado em parceria com o projeto Projeto PANexus: Governança da Sociobiodiversidade para a Segurança Hídrica, Energética e Alimentar no Bioma Mata Atlântica”(MCTIC/CNPq 441526/2017-9), coordenado pelo Círculo de Agroecologia, Sociobiodiversidade e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ASSAN Círculo/PGDR/UFRGS), nesses locais foi realizada observação participante.



Resultados e Discussão

Os Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs, são instrumentos que servem para o ordenamento e a priorização de ações para conservação da biodiversidade e as áreas naturais que à cercam. São construídos e implementados de maneira participativa, envolvendo diversos segmentos do governo, organizações não governamentais ligadas à conservação, especialistas, universidades, representantes de comunidades locais e, quando apropriado, o setor privado. Os PANs buscam identificar as ameaças que põe em risco espécies e ambientes, e procuram dessa forma instrumentos de gestão para garantir a proteção desses locais e biodiversidade. Dessa maneira, as ações abrangem a interferência em políticas públicas, o desenvolvimento de conhecimentos específicos, a sensibilização da sociedade e o controle das ações humanas que estão promovendo as ameaças. São exemplos de ações adotadas nos PANs: a criação e implementação de unidades de conservação, pesquisa aplicada, conservação ex-situ, educação ambiental, fiscalização, recuperação de áreas degradadas, projetos de usos sustentáveis dos recursos naturais.

No sul do Brasil, desde 2017, vem sendo discutido a construção de um Plano de Ação Estratégico para a conservação dos sistemas lacustres e lagunares e as espécies ameaçadas, existentes nas zonas de restinga, ecossistemas ligados à Mata Atlântica (BRASIL, 2018). Em 2018, o Ministério do Meio Ambiente, através do Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza – ICMBio, aprova a Portaria nº 751, de 27 de agosto de 2018 que institui o PAN Lagoas do Sul, como foi nomeado, que tem suas ações coordenadas pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul -ICMBio/CEPSUL. Esse PAN nasceu com o objetivo de “melhorar o estado de conservação das espécies ameaçadas e dos ecossistemas das lagoas da planície costeira do sul do Brasil, promovendo os modos de vida sustentáveis e/ou tradicionais associados ao território” (BRASIL, 2018, p. 2).

O PAN Lagoas do Sul abrange os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, do complexo estuarino-lagunar litorâneo formado desde o Rio Maciambú/SC até a fronteira do Brasil com o Uruguai, agregando as lagoas costeiras (lagos e lagunas) e as áreas terrestres e marinhas contíguas, as quais fazem parte dos biomas Pampa e Mata Atlântica.

Por sua vez, o PAN Lagoas do Sul, diferencia-se da maioria dos outros PANs uma vez que sua abordagem territorial incorpora também o componente da sociobiodiversidade presente na área. Analisando as portarias que oficializam alguns outros PANs ao longo do território brasileiro, observa-se que esses focam basicamente na conservação de espécies, e não incluem no texto a existência do componente social associado à biodiversidade. Tem essa particularidade em função de ter sido planejado por atores sociais com visão sistêmica acerca desses ambientes, que construíram tal plano incorporando a complexidade dos sistemas ambientais associados a sistemas sociais existentes na região. Dessa forma, para além do objetivo de conservação dos ambientes e a biodiversidade, esse PAN se propõe a reconhecer a sociobiodiversidade associada a esse território e incentivar na promoção de mecanismos para fortalecer os modos de vida de populações tradicionais e pequenos agricultores e extrativistas.



Em seu território de abrangência do PAN Lagoas do Sul existem diversas comunidades tradicionais, tais como povos indígenas das etnias guarani, kaingang e charrua, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e pequenos agricultores que trabalham com o extrativismo vegetal. Esses grupos utilizam os ambientes das áreas terrestres, lagunares e marinhas que compõe o PAN para extrair recursos para alimentação e comercialização dos excedentes para complementação de renda. É o caso das comunidades nas regiões de Laguna e Imbituba, em Santa Catarina, que vivem da atividade pesqueira, da coleta de frutos e das fibras dos butiazais para despolpa ou comercialização in natura e produção de artesanato, além do cultivo de uma diversidade de espécies de mandioca. É o caso também das comunidades indígenas e quilombolas no RS que estão iniciando a implantação de diversos sistemas agroflorestais para o cultivo de frutas nativas, ou dos agricultores agroecologistas na região do litoral norte e serra gaúcha que também cultivam e extraem esses produtos.

Dessa maneira, essa rica sociobiodiversidade e seus produtos incorporam o PAN, que planeja promover ações diversas para o fortalecimento dos espaços de governança dessas comunidades ou os que as incluem. Essas ações poderão também trazer contribuições para ampliar a Segurança Alimentar e Nutricional dessas comunidades e seu entorno. Das diversas ações planejadas, destacam-se aqui seis delas, como forma de ilustrar a forma como o PAN Lagoas do Sul se propõe a trabalhar, a saber: a) Fortalecer a implantação do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional nos municípios dos territórios rurais litoral e centro sul através de Seminários territoriais sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e cursos à distância; b) Promover a aproximação dos povos e comunidades tradicionais no território do PAN para troca de conhecimentos culturais e produtos da sociobiodiversidade; c) Criar subsídios para construção de um selo socioambiental de adequação às diretrizes do PAN Lagoas do Sul; d) Promover a visibilidade das comunidades e dos modos de vida quilombola, indígena e de pescadores artesanais na região; e) Fortalecer a segurança alimentar e nutricional indígena viabilizando o acesso às áreas lagunares e aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam localizados fora dos limites das suas aldeias, inclusive em áreas de Unidades de Conservação, assim como apoiar a melhoria das condições de moradia, de produção de alimentos e de distribuição e venda de artesanatos das três etnias indígenas do Rio Grande do Sul (Charrua, Kaingang e Guarani); f) Promover política de isenção ou abatimento fiscal em áreas de Reserva Legal disponibilizadas para o extrativismo sustentável por agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais.

Essas e outras ações compõem uma matriz de planejamento construída de forma compartilhada entre os atores sociais envolvidos na construção desse PAN. Para o cumprimento dessas ações, será necessária não só a participação desses atores, mas também de outros, em uma ampla articulação para fortalecer a conservação ambiental das áreas protegidas, biodiversidade e sociobiodiversidade associadas no território de abrangência do PAN Lagoas do Sul, promovendo as diversas dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional.



Considerações finais

O PAN Lagoas do Sul constitui um importante instrumento para governança compartilhada da conservação de áreas naturais da planície costeira do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e de sua biodiversidade. Além disso, esse PAN tem uma visão mais ampla e sistêmica que incorpora também a sociobiodiversidade existente em seu território, mobilizando ações de fortalecimento e promoção dos modos de vida dessas comunidades e de segurança alimentar e nutricional.

Compreende-se que para a implantação das ações previstas no PAN Lagoas do Sul, além de um esforço conjunto dos diversos atores envolvidos, poderá ser necessário, mobilizar estruturas e reconstruir ou construir novos arranjos de governança, em especial, levando em consideração os novos desafios que surgirem a partir da influência do novo cenário político nacional nesse território.

Agradecimentos

Agradecemos ao MCTIC/CNPq pelas contribuições através do financiamento do Projeto PANexus: Governança da Sociobiodiversidade para a Segurança Hídrica, Energética e Alimentar no Bioma Mata Atlântica”(MCTIC/CNPq 441526/2017-9).

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 de março de 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Portaria interministerial MDA e MDS e MMA nº 239 de 21 de julho de 2009. Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 21 de julho de 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 751, de 27 de agosto de 2018. Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 27 de agosto de 2018.